

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS) Arauco Sucuriú – Brasil

Idioma original do documento: Inglês
Data de emissão: Junho de 2025

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

A transação proposta consiste em um empréstimo a ser concedido à Celulosa Arauco y Constitución (“Arauco”, a “Empresa” ou o “Cliente”) para a implementação do Projeto Sucuriú (o “Projeto”), que marca a entrada da divisão de celulose da Arauco no Brasil e envolve a construção de uma planta industrial com capacidade de produção anual estimada em 3,5 milhões de toneladas de celulose de fibra curta, apoiada por 400.000 hectares de plantações de eucalipto.

A Arauco é uma empresa global com presença em cinco continentes, operando fábricas no Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, México, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Espanha, Portugal e África do Sul.

O Projeto será composto por unidades de processamento de alta eficiência, incluindo uma caldeira de recuperação, dois fornos de cal, uma planta de evaporação e uma planta de cristalização. O sistema de gaseificação deverá contar com duas unidades de 92 MW cada, enquanto a caldeira de biomassa terá capacidade de 200 t/h. Espera-se que a operação seja autossuficiente em energia, capaz de gerar 400 MW de energia limpa, com um excedente de 220 MW que poderá ser comercializado por meio do Sistema Interligado Nacional (“SIN”). O Projeto também incluirá infraestrutura associada estratégica, como: (i) uma linha de transmissão de 91 km (“LT”) conectando a planta industrial à subestação de Ilha Solteira; (ii) um ramal ferroviário de 47 km conectando o Projeto à malha da Rumo Logística S.A; e (iii) um novo terminal no Porto de Santos, atualmente em fase de planejamento.

A planta industrial será construída a 50 km do centro urbano do município de Inocência, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, na margem esquerda do Rio Sucuriú, que dá nome ao Projeto. O local está situado a 100 km do Rio Paraná e pode ser acessado pela rodovia estadual MS 377. A proximidade com modais rodoviário e ferroviário facilitará a distribuição da celulose para os mercados interno e externo.

A construção da planta industrial está prevista para iniciar no segundo semestre de 2025, com início das operações estimado para o final de 2027. O Projeto deverá gerar aproximadamente 14.000 empregos durante a fase de construção e 6.000 postos permanentes nas áreas florestal, industrial e logística.

O processo de Due Diligence Ambiental e Social (“DDAS”) incluiu a análise, entre outros, dos seguintes aspectos: (i) informações técnicas do Projeto; (ii) o sistema de gestão ambiental e social (“SGAS”) da Empresa; (iii) as políticas, planos e procedimentos de gestão ambiental e social (“A&S”), incluindo aspectos de saúde e segurança ocupacional (“SSO”); (iv) os estudos de impacto ambiental

e social do Projeto; (v) planos de contingência; (vi) estudos de linha de base social; (vii) relatórios de monitoramento da biodiversidade; (viii) auditorias e protocolos para gestão de contratadas; (ix) políticas de recursos humanos (“RH”); e (x) o planejamento e execução de processos de engajamento de partes interessadas, incluindo mecanismos de reclamação e as ações de investimento social conduzidas pelo Projeto.

A DDAS incluiu visitas aos principais locais do Projeto, incluindo a cidade de Inocência. Também foram realizadas reuniões com: (i) as equipes técnicas e consultores da Arauco; (ii) trabalhadores da Empresa e contratados; e (iii) representantes das comunidades localizadas na área de influência direta do Projeto.

Para garantir o compromisso do Projeto com o respeito e a proteção dos direitos humanos, sua tolerância zero à retaliação e seu compromisso de fornecer e garantir um ambiente seguro para que as partes interessadas expressem suas preocupações sem medo de retaliação, o processo de DDAS também incluiu a revisão dos seguintes documentos: (i) Código de Ética; (ii) Política de Conflito de Interesses; (iii) Programa de Integridade; (iv) Política de Direitos Humanos; (v) Política de Diversidade e Inclusão; (vi) Procedimento de Denúncias; e (vii) Procedimentos de Gestão de Capital Humano.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o projeto foi classificado na Categoria A. Os principais riscos e impactos A&S associados à fase de construção do Projeto incluem, entre outros: (i) afluxo de trabalhadores temporários e impactos associados à saúde e segurança das comunidades; (ii) possíveis impactos sobre habitats naturais ou modificados para o estabelecimento de florestas plantadas; (iii) potencial ocorrência de violência baseada em gênero; (iv) geração ou manejo de resíduos perigosos; e (v) possível falta de capacidade dos municípios locais para absorver e gerenciar a pressão adicional sobre a infraestrutura social e física.

Durante a fase operacional, os principais riscos e impactos negativos incluem, entre outros: (i) riscos à segurança das comunidades associados ao transporte de madeira das novas áreas de silvicultura até a fábrica de celulose, incluindo riscos relacionados à SSO; (ii) emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, além do transporte e armazenamento de materiais perigosos; e (iii) possível necessidade de melhorias no planejamento urbano para orientar a expansão urbana induzida pela nova planta, bem como da ampliação da capacidade municipal para lidar com um ambiente socioeconômico em rápida transformação.

Os Padrões de Desempenho (“PDs”) acionados pelo Projeto são: i) PD1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PD2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PD3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; iv) PD4: Saúde, Segurança e Proteção da Comunidade; v) PD5: Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário; e vi) PD6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

O local do Projeto está situado no município de Inocência, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. A área faz parte do bioma Cerrado, caracterizado por uma combinação de formações de savana aberta, como o cerrado stricto sensu, cerradão e matas de galeria. Grande parte da área de influência do Projeto é composta por pastagens e plantações de eucalipto, intercaladas com pequenos fragmentos de vegetação nativa. Esses remanescentes abrigam diversas formas de flora e fauna nativas, embora tenha sido observado algum grau de degradação dos habitats. Apesar dessas pressões, a paisagem ainda mantém valor ecológico, oferecendo corredores e habitats para a fauna típica do cerrado, como tatus, lobos-guará e diversas espécies de aves.

Em termos de ocupação humana, o Projeto afetará propriedades rurais privadas, algumas das quais são arrendadas pela Arauco para o cultivo de eucalipto. O Projeto não interfere diretamente em terras indígenas, comunidades quilombolas ou assentamentos rurais. A comunidade indígena mais próxima está localizada a mais de 100 km da área de influência do Projeto.

3.2 Riscos contextuais

Os riscos contextuais incluem limitações nos serviços públicos locais (como saúde, educação e saneamento), potenciais tensões sociais decorrentes do afluxo populacional e da especulação fundiária, e vulnerabilidades acentuadas que afetam mulheres, crianças e pessoas em situação de rua — especialmente no que se refere à exposição à violência baseada em gênero (“VBG”), acesso limitado a serviços básicos e aumento da marginalização socioeconômica.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

O SGAS atualmente adotado para o Projeto Sucuriú inclui elementos alinhados aos requisitos do PD1, especialmente no que se refere à gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (“MASS”) para a fase de construção. No entanto, ainda não foi estabelecido um SGAS totalmente integrado que abranja todos os componentes do Projeto — incluindo a planta de celulose, as operações florestais e as instalações associadas. As principais lacunas identificadas incluem: (i) falta de integração entre as operações florestais e industriais; (ii) cobertura limitada de riscos sociais, como afluxo de trabalhadores, VBG, proteção infantil e saúde e segurança das comunidades; (iii) ausência de um Plano de Engajamento de Partes Interessadas (“PEPI”) e de um mecanismo de reclamação robusto; e (iv) monitoramento A&S baseado em riscos ainda limitado nas atividades florestais.

No âmbito da transação proposta, a Empresa desenvolverá e implementará um SGAS integrado e baseado em riscos, em conformidade com os requisitos do PD1. O sistema abrangerá uma estrutura clara de políticas, identificação de riscos e impactos, programas de gestão com abordagem sensível a gênero, processos de engajamento de partes interessadas, medidas de preparação para

emergências e um sistema de monitoramento e revisão que inclua indicadores desagregados por sexo. A formalização do SGAS para as fases de construção e operação servirá como evidência de sua implementação, por meio de procedimentos documentados, responsabilidades definidas e coordenação entre todos os componentes do Projeto.

4.1.b Política

A estratégia corporativa de sustentabilidade da Arauco está fundamentada em cinco pilares principais: (i) produtos renováveis; (ii) ação climática e em prol da biodiversidade; (iii) desenvolvimento local; (iv) práticas centradas nas pessoas; e (v) governança sólida. Em nível corporativo, a empresa adotou um conjunto abrangente de políticas de sustentabilidade e responsabilidade, muitas das quais refletem alinhamento com os requisitos dos PDs.

O Código de Ética destaca os compromissos com a integridade, a prevenção da corrupção e o cumprimento da legislação, enquanto as políticas de Direitos Humanos e de Diversidade, Equidade e Inclusão (“DEI”) reforçam os princípios de não discriminação, respeito aos direitos trabalhistas e promoção de ambientes de trabalho inclusivos.

A gestão ambiental está incorporada às políticas corporativas de Biodiversidade, Mudanças Climáticas e SSO, que enfatizam a proteção dos ecossistemas, a redução de emissões de gases de efeito estufa (“GEE”) e condições seguras de trabalho. Essas políticas também assumem compromissos com a prevenção, minimização e restauração dos impactos sobre a biodiversidade, por meio de planejamento integrado da paisagem e práticas alinhadas aos princípios do *Forest Stewardship Council* (“FSC”).

Além disso, a Política de Compras da Arauco incorpora critérios ambientais, sociais e de governança (“ASG”) nos processos de seleção e supervisão de fornecedores, promovendo práticas de aquisição responsáveis e contribuindo para o desenvolvimento local.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

A Arauco estabeleceu processos iniciais para a identificação de riscos e impactos A&S, incluindo um procedimento corporativo de gestão de riscos e registros de riscos que abrangem tanto as operações industriais quanto as florestais. A identificação de riscos e impactos é realizada em conformidade com os requisitos legais e regulatórios aplicáveis no Brasil. Para a construção da planta de celulose, a principal base para a avaliação de impactos é o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) aprovado pela autoridade competente. A maioria das licenças relacionadas à construção da planta de celulose já foi obtida; no entanto, licenças-chave para as instalações associadas — incluindo o ramal ferroviário, a LT e o terminal portuário — estão ainda em análise ou com previsão de emissão após a confirmação do projeto executivo e da localização final dos empreendimentos.

Os riscos e impactos associados às atividades florestais são identificados por meio de um processo específico documentado na Lista de Aspectos e Impactos Ambientais (“LAIA”), que está, em geral, alinhada aos requisitos do PD1. A LAIA encontra-se atualmente em processo de revisão e será integrada a uma matriz unificada de riscos e impactos A&S que abranja tanto a planta quanto as

operações florestais. No entanto, ainda não foram definidos planos específicos para a avaliação de impactos cumulativos, gestão de recursos hídricos de longo prazo, apoio à saúde comunitária (incluindo serviços ecossistêmicos e segurança viária), e gestão da biodiversidade.

No marco da operação proposta, a Arauco aprimorará seus processos de avaliação de riscos A&S, abordando riscos ainda não avaliados e ampliando o escopo para incluir o ramal ferroviário, a LT, o porto, as vias de acesso e as atividades florestais, bem como os riscos sociais associados à construção e à operação. As principais ações incluirão: (i) a realização de uma Avaliação de Riscos de Serviços Ecossistêmicos, com foco na dependência das comunidades em relação aos recursos hídricos; (ii) a realização de uma Avaliação de Riscos de Impactos Sociais que abranja todas as fases e componentes do Projeto; e (iii) a realização de uma Avaliação de Riscos de VBG e a elaboração de um Plano de Ação de VBG e Proteção Infantil com orçamento definido. Esse plano identificará os principais riscos e proporá medidas de mitigação em todas as fases do Projeto, com o objetivo de prevenir a VBG, fortalecer os serviços de atendimento e os mecanismos de encaminhamento, e promover a conscientização por meio de engajamento de partes interessadas, campanhas direcionadas e programas de prevenção voltados à juventude.

Será implementada uma estrutura de monitoramento e avaliação para garantir a responsabilização e acompanhar o progresso ao longo de todo o ciclo de vida do Projeto.

4.1.c.i Análise de impactos cumulativos

O EIA-Rima elaborado para o Projeto inclui considerações sobre impactos cumulativos, de acordo com critérios estabelecidos pela Comissão Europeia em 2001. Essa avaliação contempla o desenvolvimento de uma Matriz Integrada de Avaliação Ambiental, com o objetivo de analisar os impactos cumulativos e sinérgicos de empreendimentos existentes e planejados no trecho da bacia do Rio Paraná localizado no estado de Mato Grosso do Sul.

Com o objetivo de atualizar a avaliação e alinhar a metodologia às boas práticas internacionais — incluindo a seleção de Componentes Ambientais e Sociais Valorizados (“VECs”, na sigla em inglês) —, o Projeto está atualmente revisando a avaliação com o apoio de uma consultoria externa. Desta forma, o Projeto incorporará as recomendações advindas da Avaliação de Impacto Cumulativo (“AIC”) atualizada em seus planos e procedimentos de gestão A&S.

Adicionalmente, o Projeto se compromete a participar de potenciais grupos de trabalho setoriais ou regionais voltados à gestão de impactos cumulativos. Os programas existentes de gestão e monitoramento serão atualizados periodicamente para incluir medidas que estejam dentro do escopo e da responsabilidade do Projeto.

4.1.c.ii Riscos de gênero

Os principais riscos relacionados a gênero estão associados ao rápido aumento da força de trabalho e da população durante a fase de construção, especialmente em comunidades próximas, como Inocência. O grande afluxo de trabalhadores predominantemente do sexo masculino pode gerar novas dinâmicas que afetam a segurança pública e o bem-estar da comunidade, especialmente das mulheres.

Dessa forma, a Arauco desenvolverá avaliações específicas e integrará considerações de gênero e de proteção infantil em seu sistema de gestão.

4.1.c.iii Programas de gênero

O Projeto está em processo de identificação de oportunidades para fortalecer a inclusão de gênero e integrará considerações de gênero no planejamento da força de trabalho e nas atividades de engajamento das partes interessadas. Essas ações incluem, mas não se limitam a: (i) aprimorar o mapeamento de partes interessadas para incluir dados desagregados por gênero; (ii) promover estratégias de comunicação inclusivas; e (iii) fortalecer a capacidade interna para monitorar e gerir riscos e oportunidades relacionados a gênero.

4.1.c.iv Exposição às mudanças climáticas

O Projeto está exposto a certos riscos físicos relacionados às mudanças climáticas, típicos de operações florestais, incluindo secas, aumento de temperaturas, pragas e incêndios florestais. No entanto, esses riscos são considerados baixos e gerenciáveis devido à adoção de um conjunto abrangente de medidas de adaptação climática. Essas medidas incluem o uso de diferentes clones de eucalipto, plantio em mosaico, cronogramas de plantio otimizados, tratamentos para retenção de água nas mudas e seleção criteriosa de áreas com maior capacidade de retenção hídrica do solo.

A planta de celulose, por sua vez, não deverá ser negativamente impactada pelas mudanças climáticas, tendo sido projetada com capacidade de resfriamento adequada e autossuficiência energética. O Projeto também se beneficia do sistema de prevenção e resposta a incêndios florestais da Arauco, baseado em sua experiência no Chile. Esse sistema inclui monitoramento 24 horas por dia, tecnologia de detecção automatizada e infraestrutura robusta de combate a incêndios.

4.1.d Programas de gestão

A Arauco elaborou Planos de Gestão e Monitoramento Ambiental (“PGMAs”) para orientar a gestão dos impactos ambientais durante a construção da planta de celulose. Esses PGMAs estão em conformidade com os requisitos do licenciamento ambiental no Brasil e incluem 24 Programas Básicos Ambientais (“PBAs”), conforme exigido pela Licença de Instalação (“LI”) do Projeto. Os PGMAs para o ramal ferroviário e LT estão atualmente sob análise do órgão ambiental estadual (“IMASUL”), e a Arauco desenvolverá PGMAs específicos para esses componentes após a emissão das respectivas licenças.

Para alinhar-se aos requisitos dos PDs, o Projeto irá: (i) fortalecer os PGMAs da fase de construção por meio do desenvolvimento e implementação de programas de gestão social, incluindo um plano de gestão de fluxo populacional, procedimentos de supervisão A&S de contratadas, protocolos de gestão social, medidas de salvaguarda contra exploração, abuso e assédio sexual (“SEAH”), e um PEPI; (ii) elaborar e implementar programas específicos de gestão ambiental e social para as operações florestais, com atenção aos riscos sociais e de gênero identificados; e (iii) estabelecer programas específicos de gestão A&S para a construção e operação do terminal portuário.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

A Arauco estabeleceu uma estrutura organizacional sólida para a gestão ambiental, abrangendo tanto a planta de celulose quanto as operações florestais. A equipe de MASS é experiente e conta com pessoal qualificado, composto por profissionais da própria Arauco e de suas contratadas EPC. O Diretor de ESG reporta-se diretamente ao CEO do Projeto, o que garante certo grau de independência em relação às áreas operacionais. A equipe florestal também está bem estruturada, liderada por um diretor qualificado, e continua ampliando sua capacidade conforme as necessidades do Projeto. As seis áreas de gestão definidas proporcionam uma divisão clara de responsabilidades, e as equipes demonstram sólida capacidade técnica e operacional interna.

No entanto, considerando a escala e a complexidade dos riscos e impactos sociais do Projeto, há a necessidade de fortalecer a capacidade da equipe de gestão social. Será necessária uma estrutura organizacional mais robusta, com papéis, responsabilidades e autoridade claramente definidos para identificar e gerir de forma eficaz os riscos A&S — em especial aqueles relacionados ao engajamento comunitário e à VBG.

No contexto da operação proposta, a Arauco reforçará a capacidade organizacional da equipe social por meio da definição de uma estrutura com recursos adequados e competências apropriadas. Isso inclui a revisão e o ajuste de funções para garantir uma supervisão integrada das operações tanto de construção quanto florestais, além da implementação de medidas de mitigação voltadas aos riscos sociais e relacionados à VBG previamente identificados.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

Planos de Resposta a Emergências (“PREs”) para a construção da planta de celulose foram elaborados e estão sendo implementados pelas empresas contratadas de construção, sob a supervisão da liderança da Arauco em resposta a emergências. Cada contratada é responsável por preparar um PRE adaptado aos cenários de risco específicos de suas atividades. Esses planos definem de forma clara as responsabilidades, os papéis e as funções de resposta, estando alinhados ao PRE geral do Projeto Sucuriú. A integração entre os PREs das contratadas garante consistência nas hierarquias de ação em situações de emergência, nos protocolos de comunicação e nos procedimentos de resposta.

Os cenários de emergência abordados nesses planos baseiam-se em aspectos ambientais, perigos e riscos previamente identificados, e incluem medidas de preparação e resposta para acidentes, quase-acidentes, emergências médicas, incêndios, explosões, desastres naturais e atos de vandalismo. As equipes de resposta a emergências incluem profissionais de saúde, motoristas de resgate e brigadistas no local, apoiados por recursos como ambulâncias, veículos de combate a incêndio e contêineres com equipamentos de emergência.

As operações florestais contam com um PRE específico, voltado à proteção de empregados, contratados e terceiros em situações de emergência. O plano abrange uma ampla gama de riscos potenciais, incluindo incêndios florestais de grande escala, incêndios estruturais, desastres naturais e acidentes de grande porte. Inclui uma Estrutura de Resposta a Emergências e um Comitê de

Gestão de Crises, classifica as emergências conforme seu grau de gravidade e atribui responsabilidades a socorristas treinados e membros da brigada de incêndio.

Para fortalecer a preparação e a resposta a incêndios florestais, a Arauco instalará 19 torres de observação equipadas com câmeras de alta resolução até meados de 2025. A empresa também modernizará seu sistema de detecção e monitoramento, migrando para a plataforma *Fire Hawk*. A capacidade de combate a incêndios será ampliada com o uso de aeronaves, helicópteros, brigadas móveis e equipamentos especializados. Essas ações seguem as melhores práticas do modelo de gestão de incêndios da Arauco Chile (ver seção do PD4 abaixo para mais informações sobre saúde e segurança da comunidade e riscos à infraestrutura florestal local).

Os PREs para a construção e operação do ramal ferroviário, da linha de transmissão e do terminal portuário serão guiados por planos específicos para cada local, a serem desenvolvidos antes do início das obras.

4.1.g Monitoramento e análise

O monitoramento ambiental durante a construção da planta de celulose está sendo realizado em conformidade com os PGAs do Projeto. A Arauco contratou uma empresa terceirizada qualificada e especializada para implementar o programa de monitoramento, e segue um processo estruturado de planejamento e supervisão que garante o acompanhamento eficaz das contratadas EPC e suas subcontratadas, com ênfase em inspeções rotineiras e na documentação sistemática de não conformidades. O monitoramento ambiental do ramal ferroviário, da LT e do terminal portuário será orientado por PGAs específicos a serem elaborados antes do início das obras.

Para as operações florestais, o monitoramento ambiental está atualmente limitado ao cumprimento dos requisitos da FSC e da legislação nacional. Como os impactos associados às atividades florestais não estão contemplados nos PGAs existentes, a estrutura atual de monitoramento não oferece uma cobertura abrangente ou sistemática dos riscos ambientais. Além disso, os aspectos sociais ainda não foram integrados aos esforços de monitoramento das operações florestais (ver seção sobre Programas de Gestão).

Dessa forma, a Arauco irá: (i) desenvolver e implementar um sistema dedicado de monitoramento A&S para as operações florestais, a fim de avaliar a eficácia dos programas de gestão; e (ii) estabelecer um sistema de monitoramento social para acompanhar os principais riscos e impactos sociais relacionados à construção e operação de todos os componentes do Projeto. Esses sistemas incluirão protocolos de monitoramento definidos, papéis e responsabilidades claras, indicadores baseados em riscos e mecanismos robustos para o registro de incidentes e ações corretivas.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

A Arauco realizou uma série de atividades de compartilhamento de informações e consulta relacionadas ao Projeto, incluindo as audiências públicas legalmente exigidas como parte dos Estudos Ambientais da planta de celulose e da LT. Em dezembro de 2023 e junho de 2024, a Empresa organizou reuniões abertas com membros da comunidade, autoridades locais e a Câmara Municipal de Inocência para apresentar o andamento do Projeto, expor o planejamento estratégico e as

medidas de mitigação, além de coletar contribuições das partes interessadas. Outras iniciativas de relacionamento incluem consultas direcionadas com comunidades afetadas ("Escutas com a Comunidade"), reuniões públicas semestrais mais amplas ("Encontros Abertos") e o programa de relações comunitárias "Bom Vizinho", voltado às populações no entorno das operações florestais.

Embora essas iniciativas tenham contribuído para a transparência e disseminação de informações, elas ainda não estão integradas a um PEPI formal e alinhado aos riscos e impactos do Projeto. Além disso, não há atualmente um mecanismo estruturado para retorno aos participantes nem para o acompanhamento sistemático das contribuições recebidas ao longo do tempo.

Dessa forma, a Arauco desenvolverá um PEPI abrangente que cubra todos os componentes do Projeto. O PEPI incluirá: (i) uma descrição dos princípios, objetivos e abordagem da Empresa para o engajamento; (ii) os regulamentos nacionais aplicáveis e os padrões internacionais de referência; (iii) um resumo dos principais riscos e impactos ambientais e sociais; (iv) documentação das atividades de engajamento realizadas anteriormente; (v) identificação, análise e priorização das partes interessadas, com foco nas comunidades diretamente afetadas e nos grupos vulneráveis; (vi) um programa estruturado de engajamento para a fase de construção; (vii) descrição dos mecanismos de reclamação da Arauco e dos procedimentos para o monitoramento dos sistemas de queixas das contratadas; e (viii) um cronograma, plano de recursos e definição de papéis e responsabilidades.

O PEPI também fará referência cruzada a outros planos de gestão relevantes relacionados aos riscos e impactos ambientais e sociais. A implementação do PEPI será supervisionada pelo Diretor ASG da Empresa, que também será responsável por reforçar a equipe de relacionamento com comunidades, conforme necessário, durante as fases de construção e operação. O PEPI será atualizado antes do início da fase operacional.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

Atualmente, a Arauco gerencia as manifestações e reclamações das comunidades por meio de diversos canais corporativos e locais, incluindo seu site, número de telefone 0800, WhatsApp, o programa de relacionamento comunitário "Bom Vizinho", interações presenciais com as equipes florestais e de visitantes, e o quiosque Casa Arauco localizado em Inocência. As reclamações são registradas por meio do portal "Painel de Gestão" e tratadas conforme os protocolos internos, incluindo o Procedimento de Denúncias e o Código de Ética da Empresa.

Com vistas ao aprimoramento contínuo, a Arauco fortalecerá seu mecanismo de recebimento e tratamento de reclamações comunitárias, incluindo: (i) um procedimento de tratamento de queixas alinhado aos princípios do PD1; (ii) ampla divulgação do mecanismo a todas as partes interessadas identificadas; (iii) canais alternativos de submissão para pessoas sem acesso à tecnologia (por exemplo, caixas de sugestões em espaços públicos); (iv) análise de questões sistêmicas e tendências identificadas; (v) mecanismos para fornecer retorno oportuno aos reclamantes e às comunidades afetadas; (vi) diretrizes claras para resolução de queixas, resposta e articulação com as equipes operacionais; (vii) procedimentos específicos para o tratamento de denúncias relacionadas à SEAH, baseados em uma abordagem centrada na sobrevivente, que evite a revitimização e garanta o encaminhamento a serviços especializados de proteção contra VBG e proteção infantil identificados

na área do Projeto; (viii) criação de um comitê de resolução de queixas com representação mínima de mulheres; (ix) capacitação da equipe para uma implementação consistente, incluindo treinamento específico para a gestão de casos relacionados à SEAH; e (x) monitoramento periódico do desempenho do mecanismo com base em indicadores-chave de desempenho (“KPIs”) definidos.

4.2 Condições de emprego e trabalho

Em março de 2025, o projeto contava com 4.257 trabalhadores ativos contratados por empresas EPC e pela empresa gerenciadora de EPC, incluindo suas subcontratadas, dos quais 5% eram mulheres. A força de trabalho estimada para o pico da construção é de aproximadamente 13.626 trabalhadores, previsto para setembro de 2026. A conclusão das obras está programada para o segundo semestre de 2027. Após o início da operação, estima-se que a planta empregará cerca de 942 trabalhadores, dos quais 173 serão contratados por empresas terceirizadas.

As operações florestais voltadas à silvicultura empregavam, até o momento, 2.156 trabalhadores, sendo 1.457 trabalhadores diretos (16% de mulheres) e 699 por meio de contratadas (9% de mulheres). Estima-se a contratação de aproximadamente 1.200 trabalhadores adicionais em 2027 para atividades de colheita. Após a estabilização das operações florestais, prevista para 2029, o Projeto deverá empregar aproximadamente 4.479 trabalhadores nas atividades de silvicultura, colheita e transporte, sendo cerca de 70% empregados diretos da Arauco e 30% trabalhadores de empresas contratadas do setor florestal.

4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

As políticas corporativas da Arauco — incluindo o Código de Ética, o Programa de Integridade e a Política de Direitos Humanos (“DH”) — são contratualmente vinculantes para contratadas e subcontratadas, conforme estabelecido nos acordos legais. No entanto, o Código de Ética atualmente não faz referência explícita à política de tolerância zero em relação à SEAH, violência ou outros comportamentos prejudiciais, tampouco define de forma clara sua aplicabilidade a terceiros. Para enfrentar essas lacunas, a Arauco revisará seu Código de Ética e suas políticas de DH para incluir explicitamente contratadas e terceiros, bem como reforçar os compromissos com a não discriminação e a prevenção da SEAH.

Essas atualizações serão acompanhadas por um programa abrangente de iniciativas de sensibilização e capacitação. A Arauco garantirá a consolidação desses compromissos por meio de treinamentos obrigatórios de integração e reciclagem para todos os colaboradores e contratados — incluindo a alta liderança — com foco na proteção contra SEAH. Além disso, serão adotados KPIs para monitorar a implementação e a eficácia dessas medidas.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

Todos os trabalhadores, sejam empregados diretos da Arauco ou contratados pelas empresas EPC e suas subcontratadas, são contratados diretamente, sem o uso de intermediários. As condições de trabalho para empregados diretos e trabalhadores contratados são estabelecidas conforme a

legislação trabalhista nacional e os acordos coletivos firmados com os sindicatos, estando em conformidade com os requisitos do PD2. O monitoramento das condições de trabalho — como a verificação de contratos, pagamento de benefícios previdenciários e salários mensais, e o registro de jornadas de trabalho e horas extras — está em vigor, abrangendo tanto os empregados diretos (monitorados pela equipe interna de auditoria) quanto os trabalhadores contratados (monitorados por prestador de serviço externo).

De forma a aprimorar seus processos internos, a Arauco contratará um consultor independente para realizar uma auditoria das condições de trabalho e dos termos contratuais de todos os componentes do projeto, de acordo com a legislação nacional e os requisitos do PD2. Essa auditoria incluirá tanto as atividades de construção da planta de celulose quanto as operações florestais.

Em março de 2025, a força de trabalho na construção alcançou 4.257 trabalhadores, enquanto as acomodações disponíveis (geridas pela Arauco e por terceiros) ofereciam 2.400 camas, das quais 2.255 estavam ocupadas. Os outros 2.002 trabalhadores estavam hospedados em hotéis ou residências alugadas em Inocência. Atualmente, há 535 vagas disponíveis para mulheres, com possibilidade de expansão para 1.000 vagas, conforme a demanda. Antecipando o pico das obras em setembro de 2026, a Arauco está avaliando estratégias para garantir a acomodação dos trabalhadores, incluindo a possível ampliação das instalações existentes, conforme aplicável, e o reforço da coordenação com fornecedores locais de hospedagem.

A Arauco supervisiona as acomodações dos trabalhadores diretos e indiretos da construção por meio de um prestador de serviço terceirizado, enquanto o monitoramento das acomodações relacionadas às operações florestais é realizado diretamente pela equipe da empresa. Além disso, a Arauco providencia hospedagem para sua equipe administrativa em hotéis e residências da região.

A estratégia de acomodação para o período de pico da força de trabalho ainda precisa ser definida em conformidade com os PD2 e PD4 e com o Guia IFC/EBRD sobre Acomodação de Trabalhadores (2009), incluindo o planejamento e documentação de serviços essenciais como instalações sanitárias, lavanderia e lazer, padrões de manutenção, aspectos de segurança contra incêndios e gestão de registros. Assim, no âmbito da operação proposta a Arauco irá: (i) desenvolver e implementar um Plano de Gestão de Acomodação da Força de Trabalho (ou *Workforce Accommodation Management Plan – WAMP*), alinhado ao PD2 e PD4 e ao Guia IFC/EBRD sobre Acomodação de Trabalhadores (2009), incluindo a definição de estruturas adequadas à expansão da força de trabalho e arranjos específicos para mulheres, garantindo que todas as acomodações — sejam geridas diretamente ou por terceiros — atendam aos padrões de infraestrutura, serviços, manutenção, documentação e bem-estar dos trabalhadores durante as fases de construção e operação.

Como parte do WAMP, a Arauco também desenvolverá: (i) procedimentos de segurança contra incêndios que definam os requisitos de projeto das instalações com sistemas de prevenção e combate a incêndios (ativos e passivos), em conformidade com os códigos nacionais de edificação e segurança contra incêndios, requisitos técnicos para monitoramento, alarmes, rotas de evacuação e treinamentos específicos sobre segurança contra incêndios; e (ii) realizará uma auditoria das acomodações dos trabalhadores da construção em relação à regulamentação nacional e às

exigências do Guia IFC/EBRD sobre Acomodação de Trabalhadores (2009), e elaborar e implementar um plano de ação corretiva, conforme necessário, para abordar eventuais lacunas.

Todos os empregados, contratados e subcontratados passam por treinamentos de integração que cobrem procedimentos administrativos, segurança no trabalho, proteção ambiental e saúde ocupacional, com sessões de reciclagem realizadas conforme exigido pela legislação aplicável. Embora os cursos sejam ministrados por um provedor de treinamento designado pela Arauco, cada contratada EPC é responsável pela gestão de sua própria força de trabalho e conduta associada. A capacitação estruturada sobre infecções sexualmente transmissíveis, uso de substâncias e sobre SEAH, bem como a integração com o Código de Conduta e campanhas de conscientização mais amplas, ainda não foi implementada. Além disso, ainda não há um sistema em vigor para monitorar a eficácia dos treinamentos de integração.

Para alinhar-se aos requisitos do PD2 e PD4, a empresa fortalecerá a gestão de contratadas e os programas de treinamento, incluindo módulos obrigatórios sobre o Código de Conduta, com ênfase na prevenção da SEAH contra mulheres e crianças, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Esses esforços serão reforçados por campanhas periódicas de conscientização que promovam uma cultura de tolerância zero a todas as formas de má conduta ou violência, direcionadas a empregados, contratados e subcontratados.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

A Política de Recursos Humanos da Arauco reafirma o direito dos empregados de formar e aderir livremente a sindicatos, sem temor de retaliações. Para o Projeto, os padrões de gestão de capital humano aplicáveis a contratadas e subcontratadas exigem alinhamento com os sindicatos relevantes, cumprimento dos acordos coletivos de trabalho (“ACTs”) vigentes e, quando aplicável, a negociação de um ACT unificado. As principais disposições incluem processos estruturados de relações trabalhistas, um canal específico para que os trabalhadores possam manifestar preocupações e o cumprimento rigoroso das exigências sindicais.

As contratadas devem assegurar que os salários e benefícios estejam de acordo com os termos dos ACTs aplicáveis e oferecer treinamentos obrigatórios aos trabalhadores sobre seus direitos coletivos. Os ACTs devem ser revisados regularmente para garantir sua atualidade e conformidade contínua. As condições de trabalho tanto para os trabalhadores da construção quanto para os das operações florestais são regidas por esses acordos, negociados com os sindicatos representativos de cada setor.

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

A participação feminina na fase de construção do Projeto é de 5,4%, enquanto nas operações florestais 16% dos empregados e 9% dos trabalhadores contratados são mulheres. A gestão atribui essa baixa representatividade à segmentação do mercado de trabalho e à escassez de mão de obra feminina qualificada, mas reconhece a necessidade de adotar esforços proativos de recrutamento para reduzir a lacuna de gênero.

No âmbito da operação proposta, a Arauco implementará um Plano de Igualdade de Oportunidades, alinhado à sua Política de Diversidade e Inclusão, com foco na promoção da participação feminina e da juventude local por meio de estratégias ativas de recrutamento, incentivos para contratadas e metas de compras inclusivas. O plano também abordará os riscos associados à participação de aprendizes menores de 18 anos, garantindo conformidade com a legislação nacional.

4.2.a.v Mecanismo de reclamação

O mecanismo de reclamação do Projeto (Canal do Trabalhador – Ouvidoria de Obra) permite que empregados, contratados e subcontratados apresentem reclamações por meio de diversos canais, incluindo QR Code, site, linha telefônica gratuita, e-mail e comunicação presencial. O sistema oferece opções de anonimato e inclui garantias de proteção ao denunciante. No entanto, o mecanismo atualmente não dispõe de canais acessíveis não digitais para pessoas sem acesso confiável à tecnologia, nem de protocolos detalhados de investigação ou procedimentos especializados para o tratamento de denúncias relacionadas à SEAH.

No contexto da operação proposta, a Arauco aprimorará o mecanismo de reclamação por meio das seguintes ações: (i) introdução de opções de relato não digitais, como caixas físicas de reclamação e pontos focais no nível do Projeto; (ii) estabelecimento de um sistema robusto de resposta a casos de SEAH, incluindo pessoal capacitado, procedimentos centrados na vítima, acesso a apoio psicossocial e garantia de representação mínima de mulheres nos processos de investigação e tomada de decisão; (iii) fortalecimento do monitoramento por meio do uso de categorias estruturadas de queixas, coleta de dados desagregados por sexo e avaliações periódicas da eficácia do mecanismo; e (iv) implementação de procedimentos padronizados para registro, escalonamento, resolução de queixas e identificação de questões sistêmicas recorrentes, com apoio de sistemas seguros de gestão de dados.

Todos os canais de comunicação serão amplamente divulgados nas acomodações e áreas de trabalho de todos os componentes do Projeto, garantindo ampla acessibilidade e adesão ao mecanismo.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

A Política de RH da Arauco inclui disposições explícitas que proíbem o uso de trabalho infantil e trabalho forçado. No Brasil, já foram documentadas violações anteriores aos direitos dos trabalhadores no setor florestal — especialmente relacionadas às condições precárias de moradia para trabalhadores subcontratados. O Projeto reconhece esses riscos específicos do setor, e as medidas de mitigação correspondentes são abordadas na seção sobre Trabalhadores terceirizados, abaixo.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

Os programas de SSO estão atualmente estruturados em dois componentes principais: a construção da planta de celulose e as operações florestais. O transporte de madeira das áreas florestais até a planta é tratado separadamente na seção referente ao PD4. Para a construção da planta de celulose, o Projeto desenvolveu um manual abrangente de MASS, que consolida os procedimentos

corporativos e define responsabilidades, protocolos de gestão de riscos e orientações operacionais. O manual inclui uma matriz de riscos detalhada, procedimentos específicos para atividades de alto risco (por exemplo, trabalho em altura, escavações, uso de equipamentos móveis), além de sistemas de inspeções, auditorias e monitoramento de KPIs para apoiar a conformidade e a melhoria contínua.

A empresa irá expandir o sistema de MASS para incluir a construção da LT e do ramal ferroviário. À medida que a planta de celulose avançar para a fase operacional, a Arauco também desenvolverá e implementará um programa específico de MASS para a instalação industrial. Esse programa será alinhado à estrutura corporativa de MASS já aplicada às operações florestais e incluirá: (i) identificação de perigos e avaliação de riscos; (ii) procedimentos para tarefas rotineiras e não rotineiras; (iii) preparação e resposta a emergências; (iv) capacitação de empregados e contratados; e (v) sistemas de monitoramento e melhoria contínua.

O programa de gestão de SSO da Arauco para as operações florestais está alinhado aos padrões corporativos e se aplica tanto a empregados quanto a contratados. O programa prioriza regras-chave de segurança, o envolvimento da liderança e a prevenção de incidentes com alto potencial de gravidade. Inclui mapeamento e mitigação de riscos, inspeções regulares, promoção da cultura de segurança, iniciativas de reconhecimento e incentivo, bem como análise sistemática de dados e incidentes relacionados à segurança. Dada a escala e os riscos inerentes às operações planejadas de fornecimento de madeira, a Arauco irá fortalecer esse programa por meio de: (i) identificação e avaliação de riscos tanto para os trabalhadores quanto para as comunidades vizinhas, incluindo riscos à vida; e (ii) treinamentos direcionados para equipes de colheita e motoristas de transporte de madeira, com foco no reforço das práticas seguras de operação.

4.2.d Trabalhadores terceirizados

A planta de celulose está sendo construída sob o modelo EPC, com a Valmet responsável pelas áreas principais do processo e a AFRY encarregada dos principais componentes do *Balance of Plant* (“BOP”). A AFRY atua como gerente EPC (“EPCm”), com responsabilidade geral pela supervisão do desempenho da contratada principal de EPC. Os contratos firmados incluem cláusulas A&S importantes — como SSO, conformidade legal e monitoramento ambiental — e estão, em geral, alinhados com os requisitos dos PDs.

As atividades florestais — incluindo plantio, manejo, colheita e transporte — são supervisionadas pela equipe florestal da Arauco Brasil, sediada no Mato Grosso do Sul. Até o momento, o Projeto já assegurou 237.000 hectares dos 400.000 hectares necessários para sustentar as operações. Nos casos em que contratadas terceiras forem responsáveis pelas atividades florestais, a Arauco irá: (i) realizar auditorias trabalhistas para avaliar as condições de emprego e trabalho dos trabalhadores contratados por terceiros; e (ii) revisar os sistemas de monitoramento trabalhista utilizados pelos prestadores de serviço externos, incluindo os procedimentos de registro e tratamento de não conformidades.

Para mitigar os impactos adversos potenciais associados à desmobilização de trabalhadores — tanto para os contratados quanto para as comunidades locais —, a Arauco desenvolverá e implementará um Plano de Desmobilização. O plano incluirá: (i) um mecanismo para monitorar e garantir o

pagamento pontual das verbas rescisórias aos trabalhadores desmobilizados; (ii) medidas de apoio aos trabalhadores durante a transição para o mercado de trabalho (por exemplo, assistência na elaboração de currículos, informações sobre oportunidades de emprego, certificação de treinamentos recebidos no âmbito do Projeto); (iii) comunicação clara do cronograma de desmobilização para os trabalhadores, autoridades locais e comerciantes; (iv) ações proativas para apoiar o retorno dos trabalhadores não locais às suas cidades de origem; e (v) sistemas para monitorar e resolver eventuais pendências dos trabalhadores nas comunidades anfitriãs, como dívidas não pagas ou danos à propriedade.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

O Projeto produzirá celulose kraft branqueada de eucalipto e foi concebido em conformidade com os padrões das Melhores Técnicas Disponíveis (“BAT”, na sigla em inglês), incluindo aqueles definidos nas BAT da União Europeia (2001) e nas Diretrizes sobre MASS do Grupo Banco Mundial (2007) para Fábricas de Celulose e Papel. Embora ainda em desenvolvimento, o projeto de engenharia já incorpora tecnologias de alta eficiência e baixo impacto.

Espera-se que a planta atinja um elevado nível de eficiência, minimizando o uso de madeira e produtos químicos e reduzindo o consumo de energia. O projeto inclui caldeiras de recuperação eficientes, sistemas abrangentes de coleta de gases de ventilação, recursos de otimização energética como inversores de frequência e um sistema de recuperação de calor. O consumo de energia estimado, entre 570–706 kWh/ADT, e o consumo de água, aproximadamente 21,2–29 m³/ADT, estão dentro ou abaixo dos parâmetros de referência estabelecidos pelas Diretrizes MASS do Grupo Banco Mundial (“GBM”).

4.3.a.i Gases do efeito estufa

Espera-se que o Projeto sequestre uma quantidade significativa de CO₂e anualmente por meio da regeneração natural em áreas de preservação e do cultivo de eucaliptos em terras degradadas, com replantio contínuo em ciclos de sete anos e potencial para geração de créditos de carbono voluntários. Uma proporção relevante do carbono fixado nas árvores permanecerá nas raízes, contribuindo para o armazenamento de carbono no solo a longo prazo. Além disso, o carbono armazenado nas áreas de preservação continuará a aumentar ao longo do tempo.

Estima-se que a planta de celulose gerará aproximadamente 488,6 MW de energia renovável a partir de biomassa, exportando cerca de 197,9 MW para a rede elétrica — o que evitará aproximadamente 217.736 toneladas de CO₂e por ano. Espera-se ainda que cerca de 55,8 MW adicionais sejam comercializados com plantas químicas, evitando outras 61.393 toneladas de CO₂e. O uso de madeira como fonte energética reduzirá em mais de 90% a necessidade de combustíveis fósseis, contribuindo ainda mais para a redução de emissões.

A planta também compostará todos os resíduos orgânicos gerados, que poderão ser aplicados nas plantações e contribuirão para a redução do uso futuro de fertilizantes. As emissões de GEE provenientes das operações florestais e industriais deverão ser amplamente compensadas por

remoções de carbono (armazenamento no solo e nas áreas de preservação) e pela exportação de energia renovável.

4.3.a.ii Consumo de água

Durante a fase operacional, a planta realizará a captação de água do Rio Sucuriú e cerca de 92% da água captada será devolvida ao rio na forma de efluente tratado. O consumo de água por unidade de produção está estimado entre 21,2 e 29 m³/ADT, valor que se encontra dentro do intervalo das boas práticas internacionais do setor (“GIIP”) e em conformidade com as Diretrizes de MASS do GBM para Fábricas de Celulose e Papel. A taxa de consumo da planta representa menos de 1% da vazão mínima de 7Q10 do Rio Sucuriú, sendo considerado de baixo risco para a disponibilidade hídrica.

As plantações de eucalipto não são irrigadas. As mudas recém-plantadas recebem uma irrigação inicial limitada com o uso de caminhões-pipa (aproximadamente 4 litros por planta) no momento do plantio, podendo receber até quatro irrigações adicionais para apoiar seu estabelecimento. Após esse período, não é realizada irrigação contínua. A Arauco obteve junto ao IMASUL as autorizações necessárias para a captação de água, e o uso hídrico é reportado regularmente às autoridades competentes. Os dados de monitoramento do nível do lençol freático na região não são atualizados desde 2010. A partir de agora, a Arauco instalará uma rede de piezômetros nas áreas de plantio para permitir o monitoramento contínuo das condições do aquífero e apoiar a gestão sustentável dos recursos hídricos.

4.3.b Prevenção da poluição

As principais fontes de emissões atmosféricas da planta serão as caldeiras de recuperação e de biomassa, além de dois fornos de cal, todos equipados com sistemas de combustão e controle de emissões de alta eficiência, em conformidade com as Diretrizes de MASS do GBM e as BAT da União Europeia. A modelagem de dispersão atmosférica realizada com o modelo AERMOD confirmou que, sob condições normais de operação, as emissões permanecerão dentro dos padrões de qualidade do ar aplicáveis. As medidas de mitigação planejadas incluem monitoramento em tempo real das emissões, sistemas de controle avançados e protocolos de resposta a emergências. Um sistema contínuo de monitoramento da qualidade do ar ambiente será instalado e estará operacional antes da entrada em operação da planta.

Durante a fase de construção, as principais fontes de emissões atmosféricas são a poeira proveniente de movimentações de solo e os gases de escapamento de máquinas pesadas. Medidas de controle de poeira — como o uso de caminhões-pipa — já estão em prática, e as condições dos equipamentos de construção, especialmente quanto ao desempenho de emissões, são verificadas antes do acesso ao canteiro de obras. Essas emissões relacionadas à construção são abordadas por meio de medidas específicas descritas no Plano de Gestão Ambiental (PGA).

Além do monitoramento de ruído realizado durante a avaliação ambiental inicial, a Arauco estabeleceu um programa de monitoramento da qualidade sonora ambiente, em conformidade com os requisitos da licença ambiental. O monitoramento será realizado trimestralmente em seis pontos ao redor do local do Projeto. O programa segue a norma técnica brasileira NBR 10151:2020.

Os dados de linha de base coletados em 2022 indicaram que os níveis de ruído de fundo estavam, em geral, dentro dos limites aplicáveis. A planta está localizada a aproximadamente 50 quilômetros do município de Inocência, não havendo grandes centros populacionais nas proximidades do sítio industrial. Como resultado, os impactos sonoros durante a operação são esperados como mínimos. Ainda assim, o Projeto continuará realizando monitoramento regular e aplicando medidas corretivas, conforme necessário, de acordo com seu PGA.

Os efluentes do processo da planta de celulose serão tratados em uma estação de tratamento de efluentes (“ETE”) projetada com tratamento primário e secundário, utilizando um sistema de lodo ativado com biofilme (“BAS”). A ETE deverá atender às Diretrizes de MASS do WBG para Fábricas de Celulose e Papel (2007), Tabela 1a (celulose kraft branqueada), bem como aos padrões das BAT da União Europeia (2001). Sistemas de monitoramento em tempo real serão integrados ao processo de tratamento para acompanhar a qualidade dos efluentes e permitir ajustes operacionais em tempo hábil. O efluente tratado será lançado no Rio Sucuriú por meio de um sistema de difusores de múltiplos pontos, projetado para assegurar a mistura eficiente e a diluição adequada, mesmo em condições de vazão mínima.

4.3.b.i Resíduos

O canteiro de obras da planta de celulose opera atualmente sob um Plano de Gestão de Resíduos (“PGR”) amplamente alinhado aos requisitos regulatórios brasileiros e que incorpora elementos-chave do PD3. A infraestrutura de gestão de resíduos para a fase de construção já está implementada, incluindo uma área externa de armazenamento, estruturas de contenção secundária e um sistema interno de drenagem. No entanto, são necessárias algumas melhorias para a separação completa dos sistemas de drenagem de correntes de resíduos incompatíveis e para garantir o encaminhamento adequado aos compartimentos de contenção designados. A coleta de resíduos é gerenciada por uma única empresa contratada autorizada, utilizando um sistema em nuvem que assegura a rastreabilidade.

Durante a fase operacional, estima-se que a planta de celulose gerará aproximadamente 610.050 toneladas de resíduos industriais por ano. Esses volumes projetados estão significativamente abaixo dos limites de referência estabelecidos pelas BAT da União Europeia. A Arauco está projetando a planta industrial como uma operação de “resíduo sólido zero” e não planeja dispor resíduos em aterros sanitários. Para apoiar esse objetivo, a empresa implementará um Centro de Tratamento de Resíduos (“CTR”) dedicado na planta. O CTR processará os resíduos industriais em subprodutos utilizáveis, sendo o principal deles um condicionador orgânico de solo para aplicação nas operações florestais da Arauco, com volumes excedentes potenciais disponíveis para uso comercial.

Os resíduos não perigosos — incluindo vidro, metais, papel, material orgânico e pneus — serão segregados e direcionados para fluxos de reciclagem. Já os resíduos perigosos, como óleos usados, embalagens vazias de produtos químicos e baterias esgotadas, serão gerenciados por empresas terceirizadas autorizadas para descarte seguro. Embora o PGR operacional ainda esteja em desenvolvimento, a estratégia de gestão de resíduos do Projeto está alinhada com as melhores práticas internacionais, e o plano final será revisado pelos financiadores durante a supervisão do Projeto para assegurar total conformidade com os requisitos ambientais e sociais aplicáveis.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

As práticas atuais de manuseio de materiais perigosos no canteiro de obras estão, em geral, alinhadas com as boas práticas internacionais do setor. Um Plano de Gestão de Materiais Perigosos (“PGMP”) está em vigor e encontra-se consistente com os requisitos do PD3 e com as Diretrizes de MASS aplicáveis. O plano inclui procedimentos para o manuseio, armazenamento e transporte seguro de materiais perigosos. No entanto, embora o PGMP contenha referências indiretas à necessidade de um inventário de materiais perigosos, ele não exige explicitamente o estabelecimento de um banco de dados centralizado para rastreamento e gestão desses materiais. Esses elementos serão desenvolvidos de forma mais abrangente como parte do processo contínuo de fortalecimento do SGAS do Projeto, conforme descrito na seção referente ao PD1 acima.

Para a fase operacional, ainda não foi elaborado um PGMP específico, o que está em conformidade com o estágio atual do Projeto. O plano será finalizado e implementado antes da entrada em operação da planta.

Nas operações florestais, os materiais perigosos — incluindo pesticidas, fertilizantes, combustíveis e lubrificantes — são atualmente gerenciados por meio de um conjunto de procedimentos operacionais, e não sob um PGMP abrangente. Esses procedimentos tratam principalmente de aspectos específicos, como transporte de produtos químicos e aplicação de pesticidas, mas ainda não cobrem todo o ciclo de vida dos materiais perigosos, incluindo aquisição, armazenamento, uso e descarte final. Essas lacunas serão abordadas por meio do desenvolvimento de uma abordagem integrada de gestão de materiais perigosos para as operações florestais.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

A Arauco implementou um programa de Manejo Integrado de Pragas (“MIP”) alinhado às Boas Práticas Internacionais do Setor, visando garantir o uso seguro e responsável de agroquímicos em suas operações florestais. O programa proíbe estritamente o uso de pesticidas classificados pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) como Classe 1a ou 1b, assim como qualquer produto legalmente proibido. Controles são aplicados na etapa de aquisição para evitar a entrada de substâncias não autorizadas na cadeia de suprimentos. Apenas produtos aprovados segundo os padrões do FSC são utilizados.

As inspeções de campo confirmaram que os agroquímicos são armazenados de forma adequada em instalações seguras, com rotulagem clara que favorece o manuseio e a aplicação segura. A principal praga que afeta as operações florestais é a formiga cortadeira, que representa uma ameaça significativa durante as fases iniciais de desenvolvimento dos plantios. Os métodos de controle incluem aplicações manuais e mecanizadas de tratamentos líquidos e formulações em iscas. As intervenções têm início na fase de pré-plantio e continuam ao longo dos primeiros anos do ciclo das árvores, com base nos níveis observados de atividade da praga.

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

O ritmo acelerado da construção e o consequente afluxo de trabalhadores para o município de Inocência têm alterado as dinâmicas socioeconômicas locais e exercido uma pressão crescente sobre os serviços públicos. Embora o Plano Estratégico Socioambiental (“PES”), desenvolvido pela Arauco em colaboração com autoridades locais e regionais, forneça um marco de médio prazo para enfrentar as lacunas de infraestrutura social no município, ele não mitiga completamente esses riscos e impactos. Em resposta, a Arauco realizará uma Avaliação de Riscos de Afluxo Populacional e uma Análise de Situação, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento e a implementação de um Plano de Gestão do Afluxo de Mão de Obra. Esse plano avaliará os impactos da migração de trabalhadores sobre os serviços locais — incluindo saúde, habitação, assistência social e segurança pública —, identificará lacunas de capacidade e implementará medidas de mitigação de curto prazo, como contratação temporária de pessoal, ampliação das opções habitacionais, parcerias com instituições locais e capacitações específicas.

O plano também analisará as tendências de migração relacionada ao trabalho e os riscos ambientais, sociais e de gênero associados; avaliará a capacidade institucional; e mapeará as partes interessadas-chave para apoiar uma resposta coordenada. Com base nessa avaliação, serão definidas ações estratégicas para gerenciar o afluxo de trabalhadores em alinhamento com o cronograma de construção do Projeto. Os resultados serão consolidados em um plano abrangente que incluirá medidas de mitigação, definição de papéis e responsabilidades, cronogramas de implementação, alocação orçamentária, estrutura de monitoramento e KPIs.

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

A Arauco planejou diversas melhorias de infraestrutura para mitigar riscos à saúde e segurança das comunidades e para apoiar o desenvolvimento regional. Essas melhorias incluem a requalificação de vias públicas, a construção de uma estrada privada para desviar o transporte de madeira de áreas povoadas e o desenvolvimento de uma conexão ferroviária para reduzir a dependência do transporte rodoviário. Outras medidas incluem a implementação de um sistema de detecção e resposta a incêndios florestais e o apoio à ampliação da infraestrutura de saúde local, com foco especial no município de Inocência.

O Projeto também realizou avaliações detalhadas das condições e da capacidade das vias para analisar os requisitos de segurança ao longo das rotas que serão utilizadas durante a construção e no transporte futuro de madeira. As melhorias previstas incluem a pavimentação de trechos não asfaltados, a construção de faixas de ultrapassagem e a implantação de um viaduto na entrada da planta industrial para reduzir os riscos relacionados ao tráfego. O transporte de madeira será realizado com caminhões bi-trem, tri-trem e hexa-trem. Para reduzir ainda mais a exposição das comunidades, o Projeto prevê a construção de uma estrada interna dedicada e duas pontes, embora a aquisição de terras e o licenciamento desses componentes ainda estejam pendentes.

Embora os planos de infraestrutura estejam, em geral, alinhados aos requisitos do PD4, ainda não foi realizada uma avaliação de riscos de segurança viária para as comunidades potencialmente

afetadas — incluindo a análise de áreas de risco de VBG ao longo das rotas de transporte. A partir de agora, a Arauco desenvolverá e implementará uma Avaliação de Riscos de Segurança no Trânsito e um Plano de Gestão de Tráfego Rodoviário, em conformidade com as Diretrizes Gerais de MASS do GBM (Seção 3.4 – Segurança Viária) e com os padrões de boas práticas em segurança no trânsito. Esse plano abordará tanto as rotas públicas quanto as privadas de transporte, e incluirá medidas de mitigação e monitoramento apropriadas.

4.4.a.ii Serviços do Ecossistema

A Arauco implementou um plano de monitoramento da qualidade da água e iniciou a coleta de amostras de linha de base, com coletas mensais realizadas entre maio de 2024 e janeiro de 2025. No entanto, o programa de monitoramento hidrológico das bacias ainda está em revisão e não foi implementado. Até o momento, os potenciais impactos do manejo florestal sobre os corpos d'água superficiais nas áreas de plantio de eucalipto não foram avaliados, e o monitoramento do nível do aquífero nas zonas florestais permanece pendente.

Considerando que tanto as operações da fábrica quanto as atividades florestais podem influenciar os serviços ecossistêmicos e representar riscos potenciais à saúde e segurança das comunidades vizinhas, será necessário realizar um monitoramento abrangente das águas superficiais e subterrâneas. Neste sentido, a Arauco desenvolverá uma Avaliação de Riscos aos Serviços Ecossistêmicos que abará todas as áreas operacionais. A avaliação terá como foco a dependência das comunidades em relação aos recursos hídricos, incluindo a qualidade e a disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas, e considerará os potenciais impactos de atividades como as operações da fábrica e a preparação do solo. Com base nos resultados da avaliação, serão definidas e implementadas medidas de mitigação conforme necessário.

4.4.a.iii Preparação e resposta a emergências

O canteiro de obras está equipado com recursos essenciais de resposta a emergências, incluindo duas ambulâncias (uma de suporte básico de vida e uma unidade de terapia intensiva), um veículo de resposta rápida e um caminhão-pipa para emergências relacionadas a incêndios. Além disso, quatro contêineres de emergência abastecidos com equipamentos de resposta estão estrategicamente distribuídos pelo local. Esses recursos estão integrados ao sistema corporativo de gestão de crises da Arauco, o qual define papéis específicos, procedimentos de resposta e a realização periódica de simulações de emergência para garantir o estado de prontidão.

As operações florestais contam com um PRE e com um sistema dedicado de detecção e combate a incêndios, cuja plena operação está prevista para meados de 2025. O sistema inclui 19 torres de monitoramento equipadas com câmeras de alta resolução, estações meteorológicas, unidades móveis de comando e recursos de combate aéreo e terrestre — incluindo uma equipe de 97 brigadistas treinados. Esse sistema faz parte da estrutura mais ampla de gestão de emergências da Arauco, tanto em nível corporativo quanto operacional.

Em alinhamento com as Boas Práticas Internacionais do Setor, a Arauco fortalecerá sua estratégia de detecção e resposta a incêndios florestais por meio da incorporação da participação comunitária nas atividades de preparação para emergências, como simulações e exercícios. O plano atualizado

também estabelecerá protocolos de comunicação com as comunidades vizinhas e formalizará iniciativas conjuntas de preparação com as partes interessadas locais.

4.4.b Pessoal de segurança

As instalações da Arauco — incluindo o canteiro de obras, as acomodações dos trabalhadores e as operações florestais — são protegidas por serviços de segurança privada contratados. Uma empresa de segurança capacitada e com experiência na gestão de alojamentos foi contratada para prestar suporte tanto às instalações do Projeto quanto às acomodações das contratadas. O uso de armas de fogo e de força é estritamente proibido, e quaisquer incidentes relacionados à segurança devem ser encaminhados às autoridades locais competentes. Todo o pessoal, incluindo os contratados, deve cumprir o Código de Ética da Arauco, que enfatiza o respeito às comunidades e aos direitos humanos.

No âmbito da operação propostas, a Arauco realizará uma Avaliação de Riscos de Segurança e desenvolverá um Plano de Gestão de Segurança abrangente. Esse plano garantirá que todos os prestadores de serviços de segurança contratados estejam legalmente obrigados a cumprir os princípios do PD4 e recebam capacitação adequada em DH, prevenção de VBG, mecanismos de reclamação e monitoramento de conformidade.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

4.5.a Aspectos gerais

A região do Mato Grosso do Sul onde o Projeto Sucuriú está localizado é predominantemente caracterizada por grandes propriedades rurais utilizadas para pecuária e plantações de eucalipto. Essas fazendas geralmente incluem um número reduzido de moradias para trabalhadores permanentes e acomodações temporárias para mão de obra sazonal durante os períodos de plantio e colheita. Não há registros de conflitos fundiários associados ao Projeto.

4.5.a.i Elaboração de projetos

Em 2024, as terras para a construção da fábrica de celulose foram adquiridas por meio de transações voluntárias com proprietários privados. Essas propriedades, anteriormente utilizadas para fins residenciais, lazer, pesca e, em um caso, aquicultura comercial, foram obtidas por meio de negociações entre comprador e vendedor dispostos, em conformidade com os princípios do PD5. As famílias afetadas concordaram voluntariamente em vender suas terras e ativos, com compensação fornecida com base no valor de mercado justo, conforme determinado por avaliações independentes conduzidas por uma empresa especializada.

Em março de 2025, as operações florestais abrangiam uma área de 237.200 hectares. Espera-se que essa área se expanda para uma área líquida efetiva de 400.000 hectares por meio de contratos de usufruto. Considerando a exigência de 25% de áreas de preservação, estradas e infraestrutura, estima-se que a área bruta total alcance aproximadamente 500.000 hectares. Desde 2009, as terras vêm sendo adquiridas ou arrendadas por meio de transações voluntárias entre comprador e vendedor dispostos, envolvendo principalmente propriedades anteriormente utilizadas para

pastagem ou cultivo de eucalipto. Os contratos exigem que as terras sejam entregues livres de ônus. Entre 2009 e 2025, 138 propriedades foram adquiridas ou arrendadas, e 36 propriedades estão atualmente em fase de devida diligência. Todas as transações foram voluntárias, com compensação baseada no valor de mercado, e não há registros de queixas relacionadas à aquisição de terras desde o início do programa.

A LT planejada terá aproximadamente 91,3 quilômetros de extensão, com uma faixa de servidão de 50 metros de largura. Após um processo de seleção de rota, foi identificada uma alternativa final com o menor impacto ambiental e social possível, evitando deslocamentos físicos ou econômicos. A compensação pela faixa de servidão foi realizada com base em avaliações conduzidas por uma empresa especializada.

O Ramal Ferroviário, atualmente em fase de viabilidade, deverá ter aproximadamente 47 quilômetros de extensão, com uma faixa de servidão de 80 metros de largura. Uma avaliação preliminar das propriedades potencialmente afetadas foi realizada por uma empresa especializada, e as negociações estão em andamento. No âmbito desta operação, as avaliações de valorização fundiária serão atualizadas para considerar todos os ativos e culturas impactados pelo estabelecimento da Faixa de Servidão e fornecer compensação pelos bens perdidos com base no custo total de reposição, em conformidade com os requisitos do PD5. Em caso de deslocamento físico e/ou econômico, a Arauco elaborará um Plano de Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência.

4.5.a.ii Indenização e benefícios para pessoas deslocadas

Para orientar suas atividades relacionadas ao usufruto de terras, a Arauco desenvolveu o Procedimento para Contratação de Novos Imóveis Rurais, que estabelece uma abordagem estruturada para identificação, negociação e formalização de acordos fundiários. Esse procedimento inclui uma devida diligência legal e técnica para avaliar a viabilidade regulatória, ambiental e física, e considera riscos sociais potenciais, como a presença de usuários informais da terra, comunidades tradicionais, assentamentos rurais ou grupos com vínculos culturais ou de subsistência com a terra. No entanto, o procedimento atual não exige a coleta de dados socioeconômicos de base nem a avaliação das formas de posse da terra, o que limita a capacidade de identificar e mitigar integralmente os riscos de deslocamento físico e/ou econômico, conforme os requisitos do PD5.

Em linha com as boas práticas internacionais, a Arauco revisará e ampliará o Procedimento para Contratação de Imóveis Rurais para garantir sua aplicabilidade a todos os componentes do Projeto e o pleno alinhamento com os requisitos do PD5. O procedimento revisado incluirá: (i) diretrizes sobre processos de desapropriação para infraestrutura linear; (ii) metodologia clara para a valoração de terras e ativos; (iii) medidas para prevenir impactos adversos sobre Povos Indígenas e comunidades tradicionais, se identificados; (iv) disposições para evitar deslocamentos físicos e econômicos sempre que possível; (v) exigência de realização de levantamentos socioeconômicos de base e avaliação das formas de posse da terra; (vi) procedimentos para identificação de indivíduos e grupos afetados por deslocamento; (vii) protocolos para consultas significativas e mecanismos de reclamação acessíveis e culturalmente apropriados; e (viii) definições claras de papéis e

responsabilidades. O procedimento atualizado será aplicável aos processos de usufruto de terras em andamento e futuros relacionadas ao Projeto e às suas Instalações Associadas.

4.5.a.iii Planejamento e implantação de ações para recuperação dos meios de subsistência e reassentamento

Além do Procedimento para Contratação de Imóveis Rurais revisado, a Arauco desenvolverá um Marco para Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência, com o objetivo de definir os princípios orientadores para a gestão de deslocamentos físicos e/ou econômicos associados ao Projeto. Quando necessário, a Arauco também elaborará um Plano de Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência para tratar dos impactos decorrentes de aquisições de terras em curso e futuras.

Adicionalmente, a empresa irá aprimorar e divulgar publicamente seu mecanismo de reclamação para garantir que todas as pessoas afetadas — incluindo arrendatários, caseiros, meeiros e usuários informais — possam apresentar preocupações relacionadas às negociações fundiárias. Um Programa de Assistência Social será implementado, caso seja considerado aplicável.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

4.6.a Proteção e conservação da biodiversidade

O Projeto está localizado na ecorregião do Cerrado, um hotspot de biodiversidade reconhecido, caracterizado por altos níveis de flora e fauna endêmicas. Até 2031, o Projeto pretende manejar aproximadamente 400.000 hectares de plantações de eucalipto em uma base fundiária total de cerca de 500.000 hectares. Isso inclui áreas de preservação obrigatórias, como Reservas Legais (equivalentes a 20% das propriedades rurais nesta região) e Áreas de Preservação Permanente (“APPs”), conforme exigido pelo Código Florestal brasileiro.

Não há áreas reconhecidas internacionalmente (por exemplo, Sítios Ramsar, Áreas-chave para a Biodiversidade) dentro da bacia florestal do Projeto (definida como um raio de ~150 km a partir do local da fábrica). No entanto, diversas Áreas Legalmente Protegidas (“ALPs”) se sobrepõem ou estão adjacentes aos componentes do Projeto, principalmente Áreas de Proteção Ambiental (“APAs”), classificadas como Categoria V¹ da UICN. Notadamente, o local da fábrica de celulose, aproximadamente um terço da LT planejada, uma ampliação rodoviária e um trecho do ramal ferroviário intersectam a APA Municipal da Sub-bacia do Rio Sucuriú. A Arauco irá dialogar com as autoridades administrativas da APA correspondente para acordar e implementar medidas adicionais de conservação com o objetivo de apoiar as metas locais de conservação da biodiversidade. A empresa também avaliará se ações semelhantes são necessárias em relação a outras ALPs na área de influência do Projeto.

¹ A Categoria V da União Internacional para a Conservação da Natureza (“IUCN”) refere-se a “Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas”. Essa categoria reconhece áreas onde a interação entre pessoas e a natureza ao longo do tempo moldou uma paisagem com alto valor ecológico, cultural e paisagístico. Essas áreas: (i) permitem uso sustentável dos recursos naturais, desde que compatível com a conservação da biodiversidade; (ii) frequentemente incluem agricultura tradicional, turismo de baixo impacto e comunidades residentes; (iii) são geridas com o objetivo de manter a harmonia entre a conservação e os meios de vida locais. No Brasil, muitas Áreas de Proteção Ambiental (“APAs”) se enquadram nessa categoria.

A linha de base de biodiversidade da Arauco (EIA-RIMA e outros monitoramentos de biodiversidade) identificou diversos valores prioritários de biodiversidade associados à área do Projeto, incluindo o peixe *Melanorivulus egens*, criticamente ameaçado globalmente; a águia-cinzenta (*Buteogallus coronatus*), ameaçada global e nacionalmente; o besouro escarabeídeo (*Dichotomius eucranioides*) e o peixe *Melanorivulus scalaris*, ambos ameaçados globalmente; o peixe elétrico *Tembeassu marauna*, ameaçado globalmente e criticamente ameaçado nacionalmente; o caboclinho-de-papo-branco (*Sporophila palustris*), ameaçado globalmente e vulnerável nacionalmente; além de outras quatro espécies de mamíferos, quatro de aves e uma de réptil consideradas vulneráveis globalmente. Uma avaliação preliminar indicou que o caboclinho-de-papo-branco, *D. eucranioides*, *M. egens*, *M. scalaris* e *T. marauna* são provavelmente valores de Habitat Crítico na área do Projeto.

Deste modo, a Arauco concluirá uma avaliação de Habitat Crítico com base na consulta a especialistas relevantes e na coleta de dados primários, conforme aplicável. Não se esperam impactos adversos diretos devido à conversão ou degradação de habitat para essas espécies, uma vez que os remanescentes de Habitat Natural terrestre serão protegidos por meio de áreas de preservação, e os ambientes aquáticos, como áreas úmidas e outros corpos d'água, estão entre as áreas de preservação obrigatórias conforme a legislação brasileira.

A bacia florestal da Arauco é composta majoritariamente por Habitats Modificados, constituídos de pastagens estabelecidas dominadas por gramíneas exóticas. Os remanescentes de Habitat Natural na paisagem rural consistem principalmente em áreas de preservação obrigatórias conforme o Código Florestal brasileiro. Uma avaliação preliminar de Habitat Natural conforme as definições do PD6 identificou que o princípio de Ausência de Perda Líquida (*No Net Loss*) também se aplicaria a 2.896,43 hectares perdidos desde 2020 em decorrência das operações do Projeto, dos quais aproximadamente 47% (1.368,42 ha) correspondem a estágios iniciais de regeneração do Cerrado sobre pastagens.

Neste sentido, a Arauco contratará profissionais qualificados para desenvolver um Plano de Gestão da Biodiversidade, que abrangerá todas as ações relacionadas à biodiversidade durante as fases de construção e operação do Projeto, incluindo: (i) o desenvolvimento de um plano de mitigação e monitoramento para facilitar a travessia de fauna na mata ciliar do rio Sucuriú, com ênfase em primatas; (ii) a identificação de pontos críticos de atropelamento de fauna e o desenvolvimento de uma estratégia abrangente de mitigação; (iii) a adoção de um design seguro para aves de rapina na linha de transmissão de 230 kV, para prevenir eletrocussões, e a instalação de dispositivos espantapássaros para evitar colisões; e (iv) um Programa de Monitoramento da Biodiversidade para verificar a eficácia das medidas de mitigação. A Arauco adaptará suas práticas de manejo com base nos resultados desse monitoramento.

A Arauco também contratará profissionais qualificados para desenvolver um Plano de Ação para a Biodiversidade ("BAP"). O BAP incluirá: (i) o desenvolvimento de uma estratégia para alcançar Ausência de Perda Líquida e Ganho Líquido, incluindo os valores prioritários de biodiversidade; (ii) os cálculos de perdas e ganhos e as compensações propostas; (iii) um programa de compensação com base nos princípios de equivalência (compensação equivalente ou superior), adicionalidade e permanência, bem como requisitos de monitoramento para garantir sua eficácia; e (iv) ações adicionais de conservação com o objetivo de apoiar os objetivos de conservação das Áreas

Legalmente Protegidas situadas nas áreas de influência do Projeto. A Arauco realizará o engajamento com as autoridades administrativas dessas áreas protegidas para identificar ações pertinentes.

4.6.b Gestão de serviços de ecossistemas

A certificação FSC exige a manutenção ou o aprimoramento dos atributos presentes em áreas de AVC. Essas áreas são identificadas com base em critérios ambientais e sociais, incluindo a oferta de serviços ecossistêmicos críticos, como proteção de bacias hidrográficas e controle da erosão do solo (AVC4), áreas essenciais para o atendimento das necessidades básicas das comunidades locais (por exemplo, acesso à água, alimentos e recursos de saúde) (AVC5) e áreas de importância cultural, arqueológica ou religiosa (AVC6).

Como parte do processo de certificação FSC, a Arauco irá: (i) continuar identificando e avaliando serviços ecossistêmicos prioritários — como os recursos hídricos — considerando tanto as dependências quanto os potenciais impactos; e (ii) concluir a implementação de um programa de monitoramento hidrológico com microbacias pareadas, incluindo a coleta de dados de águas subterrâneas e superficiais. Com base nos resultados do monitoramento, a Arauco adaptará seus planos de manejo para garantir alinhamento com os requisitos aplicáveis.

4.6.c Gestão sustentável de recursos naturais vivos

Até o momento, 60.904 hectares — aproximadamente 53% — da atual área de manejo florestal de 115.000 hectares da Arauco em Sucuriú estão certificados pelo FSC, com planos em andamento para alcançar a certificação completa de Manejo Florestal. Todas as plantações de Sucuriú serão manejadas de acordo com os padrões FSC para manejo florestal responsável.

4.6.d Cadeia de abastecimento

Atualmente, a base fundiária florestal de Sucuriú compreende 40.400 hectares (17% da área líquida efetiva de plantio) de propriedade direta da Arauco. A maior parte das terras — aproximadamente 180.800 hectares (76%) — está sob gestão da Arauco por meio de contratos de usufruto. Além disso, foram estabelecidos acordos de fornecimento de madeira de longo prazo com fundos de investimento florestal.

Com o tempo, o Projeto complementarará seu fornecimento de madeira com fontes de terceiros. Embora atualmente não haja aquisição de madeira de terceiros, a Arauco está desenvolvendo um sistema de verificação de Madeira Controlada (“MC”), que será finalizado e operacionalizado antes do início de qualquer aquisição desse tipo. O sistema MC será elaborado para atender aos padrões do FSC e aos requisitos dos PDs, incorporando: (i) procedimentos documentados de diligência prévia; (ii) mecanismos de rastreabilidade; (iii) medidas para evitar a conversão de habitats naturais e críticos; e (iv) controles para impedir o fornecimento de áreas inaceitáveis ou de alto risco.

A Arauco também se comprometerá a adquirir madeira exclusivamente de plantações estabelecidas em áreas previamente antropizadas ou em áreas cuja conversão tenha ocorrido antes da data de

corde do FSC, em julho de 2020. Adicionalmente, o sistema será projetado para apoiar a conformidade com o novo Regulamento de Desmatamento da União Europeia (“EUDR”).

4.7 Povos indígenas

Nenhuma comunidade tradicional foi identificada dentro da área operacional ou na área de influência do Projeto. O território indígena oficialmente reconhecido mais próximo — Ofayé-Xavante — está localizado a aproximadamente 140 quilômetros do local da fábrica e a mais de 100 quilômetros das áreas de plantio até o momento.

4.8 Patrimônio Cultural

Duas prospecções e avaliações arqueológicas foram realizadas para a planta industrial e para a LT, e uma prospecção adicional foi conduzida para a ferrovia. Os artefatos encontrados durante a prospecção do local da planta industrial foram tratados conforme a legislação brasileira de patrimônio cultural, que compartilha princípios fundamentais com os padrões internacionais no que se refere às práticas de proteção, estudo em campo e documentação do patrimônio cultural.

Como parte de seus programas de gestão, a Arauco desenvolverá e implementará um Procedimento de Achados Casuais (*Chance Find Procedure*) para todos os componentes do Projeto, a fim de manejar descobertas inesperadas de patrimônio cultural. O procedimento estabelecerá etapas para a proteção do local, notificação às autoridades competentes e medidas de mitigação apropriadas, sendo integrado aos contratos com empreiteiros e aos planos de gestão dos sítios.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link: www.sucuriu.arauco.com